

# Percepção de racismo no ensino superior em saúde na perspectiva docente

*Perception of racism in higher education in health from the teaching perspective*  
*Percepción del racismo en la educación superior en salud desde la perspectiva docente*

---

**RENATA JARDIM**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2760-3664>

Universidade Federal de Sergipe

Departamento de Educação em Saúde

Lagarto, SE, Brasil

**MANOEL GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8003-876X>

Universidade Federal de Sergipe

Departamento de Educação em Saúde

Lagarto, SE, Brasil

**MÁRCIA SCHOTT**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9825-883X>

Universidade Federal de Sergipe

Departamento de Educação em Saúde

Lagarto, SE, Brasil

**Resumo:** Este estudo investigou a percepção de racismo no ensino superior segundo docentes de uma universidade pública federal, no interior do Nordeste. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, analítica e descritiva, realizada a partir de entrevistas entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019. Os resultados apontam uma aparente tendência de negação do autorrelato de racismo, inclusive em relação à proximidade com o ambiente onde o fenômeno ocorria. A percepção de fatos discriminatórios, muito provavelmente subestimados, indica a necessidade de se debater a existência do racismo institucional.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação Superior. Capacitação de Recursos Humanos em Saúde. Prática Profissional.

**Abstract:** *This study investigated the perception of racism in higher education according to professors at a federal public university, in the countryside of the Northeast. This is a qualitative, analytical, and descriptive research carried out from January 2018 to December 2019. The results point to an apparent tendency to deny self-reported racism, including with the proximity to the environment where the phenomenon occurred. The perception of discriminatory facts, most likely underestimated, indicates the need to debate the existence of institutional racism.*

**Keywords:** *Racism. Higher Education. Health Human Resource Training. Professional Practice.*

**Resumen:** *Este estudio investigó la percepción del racismo en la educación superior según profesores de una universidad pública federal, en el interior del Nordeste. Se trata de una investigación cualitativa, analítica y descriptiva, realizada entre enero de 2018 y diciembre de 2019. Los resultados apuntan a una aparente tendencia a negar el racismo autoinformado, incluso en relación con la proximidad al entorno donde ocurrió el fenómeno. La percepción de hechos discriminatorios, muy probablemente subestimados, indica la necesidad de debatir la existencia del racismo institucional.*

**Palabras clave:** *Racismo. Educación Superior. Capacitación de Recursos Humanos en Salud. Práctica Profesional.*

## INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais decorrentes da cor da pele têm sido cada vez mais evidenciadas no contexto da pandemia da Covid-19, ampliando o debate sobre a necessidade de enfrentamento ao racismo (LOUIS-JEAN; CENAT; NJOKU; ANGELO; SANON, 2020). Considerando a realidade brasileira, essa tarefa é árdua e contraditória, já que o fenômeno perpassa todas as esferas da vida cotidiana, se reproduz nas instituições e comumente é naturalizado, indo ao encontro com algo silenciado no país há séculos: a questão racial (EURICO, 2013).

A vida cotidiana se manifesta na articulação entre a realidade interior e exterior, nas relações sociais e nas atividades rotineiras desempenhadas pelos sujeitos (GALHEIGO, 2003). Nessa perspectiva, sabe-se que vidas negras vivenciam cotidianos permeados pelas relações de poder e opressões que se reproduzem historicamente, acarretando o extermínio, precarização e desumanização dessas pessoas (AMORIM; MARTINS; LEITE JUNIOR, FARIAS, 2020).

No país, a população negra se encontra em maior proporção entre as populações vulneráveis e vivenciam maior ausência do Estado em seus territórios, o que agrava ainda mais o cenário da pandemia, e desnuda o quanto o país é desigual e pouco avançou na superação do racismo, que determina essas condições e restringe o acesso aos serviços de saúde a esses cidadãos (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020). Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, de 2018, 9,3% da população brasileira era preta e 46,5% parda, perfazendo um total de aproximadamente 56% de negros no país (IBGE, 2019).

O racismo estruturante da sociedade brasileira interfere na trajetória da população negra, “impondo ao longo do tempo barreiras históricas, persistentes e perversas para construção e exercício da cidadania”, conferindo sempre posições e situações de desvantagem para essa população (LACERDA, 2017, p 27). Além disso, a sociedade racista transforma as diferenças inscritas no corpo negro como marcas de inferioridade, estabelecendo padrões de superioridade/inferioridade, beleza/feiura, que retiram desses sujeitos seu *status* de humanidade (GOMES, 2003).

O contexto no qual o negro é condicionado no Brasil reproduz experiências de rebaixamento, e isso inclui a maneira que a história desse povo foi tradicionalmente contada, a forma que o negro é representado nos livros didáticos e na mídia e os apelidos determinados pelos brancos, o que acarreta no enfraquecimento da autoestima e desencorajamento (AMMA, 2008). Ambrósio (2020), também revela o estigma de criminalidade que recai sobre as pessoas negras de maneira geral, o que dificulta, inclusive, nas entrevistas para vagas de trabalho.

Historicamente, a política do Estado escravagista apartou a população negra do sistema educacional, apoiada no discurso de que “se o negro é uma raça inferior, incapaz para o trabalho, propensa ao vício, ao crime, inimiga da civilização e do progresso, a educação se tornaria um dispêndio desnecessário”, o que obrigou essa população a trabalhar precocemente nos ofícios mais precários para garantir a sobrevivência de seus familiares, e impedindo, também, o acesso ao ensino superior, retrato que ainda persiste nos dias atuais (GONÇALVES; AMBAR, 2015, p. 206).

Essa situação resulta de diversas ocorrências históricas no nosso território nacional, e para que esses alunos consigam ingressar e permanecer no ambiente universitário, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que possam contribuir para a permanência e fortalecimento da identidade desses grupos nesse espaço (MARQUES, 2018).

“Para que estes estudantes tenham acesso às universidades, é preciso que se construam políticas públicas específicas. Essas podem se materializar na forma de auxílio financeiro, quando se trata de dificuldades materiais, ou de um tratamento especial, com a conferência de bônus, vantagens ou cotas que diminuam as diferenças entre os componentes desses grupos e os demais estudantes” (VANSTREELS, 2014, p.34).

A cota racial baseia-se na premissa de que “o racismo só pode ser combatido se o Estado reconhecer a existência real das raças no cenário social”, possibilitando a criação de oportunidades para essas pessoas, e reconhecendo as desigualdades reproduzidas e perpetuadas pelo fenômeno (AZEVEDO, 2004, p.219).

O Racismo Institucional se legitima a partir de práticas interprofissionais em espaços como o ambiente escolar e nos serviços de saúde, e se articula direta ou indiretamente pelo Estado, seus serviços e políticas, que reproduzem desigualdades e hierarquias raciais. Essa “ausência de acesso à educação formal como espaço de acolhimento e possibilidade de vida pode levar essa população negra a outros espaços de existência”, muitas vezes marcados pela violência, vulnerabilidade e exclusão social (FARIAS; LEITE JUNIOR; COSTA, 2018, p.234).

Importante destacar que, “sem um debate racial consistente e a constante busca pela justiça social, não existirão chances de viver as expressões da diferença e produzir a igualdade, tampouco construiremos um Estado seguramente democrático” (AMORIM; MARTINS; LEITE JUNIOR, FARIAS, 2020, p.727).

Nesse sentido, o presente estudo investigou a percepção de racismo no ensino superior, segundo docentes de uma universidade pública federal, no interior de Sergipe, Nordeste do Brasil.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, analítica e descritiva, realizada a partir de entrevistas entre os meses janeiro de 2018 a dezembro de 2019. Os sujeitos desta pesquisa foram docentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Antônio Garcia Filho, localizado na cidade de Lagarto, interior sergipano. Esse campus é formado exclusivamente por cursos da área da saúde.

**Tabela 1 - Universo de docentes da Universidade Federal de Sergipe, Campus Antônio Garcia Filho, Lagarto, Brasil. 2018-2019.**

DEPARTAMENTOS	DOCENTES									
	2018					2019				
	Permanente		Substituto		Total	Permanente		Substituto		Total
	N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
Educação em Saúde	40	22	7	24	47	40	22	4	13	44
Enfermagem	16	10	3	11	19	15	8	5	17	20
Farmácia	14	8	3	11	17	14	8	2	7	16
Fisioterapia	15	8	6	21	21	16	9	5	17	21
Fonoaudiologia	15	8	1	3	16	14	8	2	7	16
Medicina	40	22	2	7	42	39	22	4	13	43
Nutrição	13	7	5	17	18	13	7	4	13	17
Odontologia	15	8	1	3	16	16	9	1	3	17
Terapia Ocupacional	13	7	1	3	14	13	7	3	10	16
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>210</b>	<b>180</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>209</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em consulta ao Anuário Estatístico da UFS: 2016 - 2018 e à *homepage* de cada Departamento no SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, respectivamente.

No período da pesquisa (2018-2019), foram distribuídos questionários em todos os nove Departamentos do Campus convidando os docentes a participarem da pesquisa. Também foram encaminhados questionários via e-mail. Junto aos

questionários foram anexados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveriam ser assinados por todos que aceitassem participar do estudo. Os questionários também foram distribuídos em reuniões de departamento e de colegiado para apresentação da proposta de pesquisa e solicitação da colaboração dos presentes.

Destaca-se que a coleta ocorreu em dois períodos, a fim de aumentar a representatividade amostral: o primeiro ocorreu nos meses de janeiro a junho de 2018 e o segundo nos meses de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, totalizando uma amostra final de 18% do universo (n=39).

O instrumento utilizado era autoaplicado e continha 35 questões, distribuídas nos seguintes eixos temáticos: (1) Perfil docente: departamento em que atua, função(ões) desempenhadas e data de ingresso na instituição; (2) Dados gerais do participante: sexo, identidade de gênero, orientação sexual, data de nascimento, estado civil, auto declaração de cor/raça segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) IBGE, vínculo empregatício atual e maior titulação acadêmica e (3) Racismo: questões fechadas de múltipla escolha sobre fatos discriminatórios devido à cor da pele, envolvendo a frequência (nunca, quase nunca, às vezes, quase sempre e sempre), os autores da discriminação (discentes, docentes ou técnicos administrativos), e o local da ocorrência (campus, serviços de saúde ou comunidade). As discriminações investigadas foram: tratar pessoas negras com menos respeito do que outras pessoas e agir como se fossem pessoas melhores do que as pessoas negras.

Os dados foram processados por meio do *software* Excel (*Microsoft*®) e *Stata* versão 12. O presente estudo faz parte do Projeto “POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: RECURSOS HUMANOS E ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NO CENÁRIO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ESTADO DO SERGIPE” realizado junto ao Núcleo Transdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva (NUTESC) da Universidade Federal de Sergipe, Campus Lagarto, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário de Aracaju conforme Parecer Consubstanciado de números 949.513 e atendeu à Resolução nº 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde. Os questionários foram codificados alfanumericamente.

## RESULTADOS

### Distribuição dos docentes

Do total de docentes (n=209) do campus, 18% (n=39) participaram da pesquisa. Houve participantes de todos os Departamentos do Campus, sendo a maior representatividade dos departamentos de Educação em Saúde e Terapia Ocupacional, ambos com 21% do tamanho amostral (Tabela 2).

**Tabela 2 - Distribuição universal e amostral dos docentes da Universidade Federal de Sergipe, Campus de Saúde, de Lagarto, segundo departamento de lotação. Sergipe. Brasil (2018-2019).**

DEPARTAMENTO	ANO LETIVO DE 2018			ANO LETIVO DE 2019		
	Universo de Docentes	Amostra da pesquisa		Universo de Docentes	Amostra da pesquisa	
	N	N	%	N	N	%
Educação em Saúde	47	7	28	44	1	7
Enfermagem	19	4	16	20	0	0
Farmácia	17	3	12	16	1	7
Fisioterapia	21	2	8	21	2	14
Fonoaudiologia	16	0	0	15	1	7
Medicina	42	3	12	43	0	0
Nutrição	18	2	8	17	1	7
Odontologia	16	4	16	17	0	0
Terapia Ocupacional	14	0	0	16	8	58
Total	210	25	100	209	14	100

Participaram do estudo 39 docentes, 82% (n=32) eram do sexo feminino com média de idade de 36 anos (26 a 56 anos). A maioria tinha cor branca (59%; n=23), era casada (56%; n=22) e tinha Doutorado (74%; n=28) (Tabela 3).

**Tabela 3 - Perfil sociodemográfico de uma amostra de docentes da Universidade Federal de Sergipe, Campus de Saúde de Lagarto. Sergipe. Brasil. 2018-2019.**

<b>Variáveis sociodemográficas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>SEXO</b>		
Feminino	32	82
Masculino	7	18
<b>RAÇA/COR</b>		
Branca	23	59
Parda	14	36
Amarela/oriental	2	5
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>		
Heterossexual	38	97
Homossexual	1	3
<b>ESTADO CIVIL</b>		
Casado	22	56
Solteiro	7	18
União estável	7	18
Divorciado	3	8
<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>		
Doutorado	28	72
Mestrado	4	10
Especialização	3	8
Graduação	2	5
Outra	2	5
<b>REGIME DE TRABALHO</b>		
Estatutário federal efetivo	31	80
Temporários	6	15
Voluntários	2	5

Quanto à ocorrência de situações discriminatórias relacionadas à cor da pele, segundo a percepção dos docentes investigados, as respostas sobre questões racistas variaram segundo o ator responsável pela ação discriminatória e o local de ocorrência dela.

Observou-se maior frequência quando os atores da discriminação eram discentes, seguidos dos técnicos administrativos e, por último, docentes. Em relação ao local de ocorrência, notou-se que os locais que mais apresentaram racismo foram na comunidade, depois, nos serviços de saúde e, por último, na universidade.

A maior frequência observada foi na situação em que os discentes tratavam as pessoas negras com menos respeito do que as outras pessoas, na comunidade e, a menor frequência foi observada na mesma ação investigada, porém, os atores que menos discriminaram foram os docentes e, o local de ocorrência com menor discriminação, foi o campus (Tabela 4).

**Tabela 4 - Distribuição absoluta e relativada percepção de ocorrências de situações discriminatórias relacionadas à cor da pele negra, segundo a percepção de docentes de um Campus de Saúde de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe. Lagarto. Brasil. 2018-2019.**

Fato Discriminatório	Atores	Frequência do fato discriminatório (n, %) <sup>1</sup>			Local de ocorrência (n, %)		
		Nunca/Quase Nunca	Às Vezes	Quase Sempre/Sempre	Campus	Serviços	Comunidade
Tratam pessoas negras com menos respeito do que outras pessoas	Discentes	71 (74%)	23 (24%)	2 (2%)	37 (39%)	29 (30%)	30 (31%)
	Docentes	78 (81%)	18 (19%)	-	37 (39%)	29 (30%)	30 (31%)
	Técnicos Administrativos	75 (77%)	19 (20%)	3 (3%)	37 (39%)	29 (31%)	28 (30%)
Agem como se fossem pessoas melhores do que as pessoas negras	Discentes	69 (75%)	23 (25%)	-	36 (40%)	28 (30%)	28 (30%)
	Docentes	78 (80%)	19 (19%)	1 (1%)	37 (38%)	30 (30%)	31 (32%)
	Técnicos Administrativos	79 (79%)	21 (21%)	-	37 (37%)	32 (32%)	31 (31%)

<sup>1</sup> Os valores da frequência da percepção dos fatos discriminatórios pesquisados referem-se ao total dos três locais de ocorrência investigados (campus, serviços de saúde e comunidade), por isso ultrapassam o total amostral (n=39).

## DISCUSSÃO

A maioria dos docentes investigados era do sexo feminino (82%), de cor branca (59%), heterossexual (97%), casada (56%) e com doutorado (74%). Esse perfil é semelhante ao encontrado em outras Instituições Públicas Federais (INEP, 2020), exceto pelo sexo. Importante destacar que não houve nenhum respondente que se autodeclarou de cor preta.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2019, o perfil docente das universidades públicas é masculino, com média de idade de 38 anos, doutorado e regime de trabalho integral (INEP, 2020). A diferença em relação ao sexo feminino

provavelmente refere-se à predominância das mulheres em ocupações relacionadas à prestação de cuidados e, conseqüentemente, à feminização da saúde (MACHADO; WERMELINGER; TAVARES; MOYSÉS; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2006).

A maior prevalência da pele branca dos docentes, apesar da maioria da população nacional ser negra, reflete a condição excludente de acesso à ascensão intelectual e social aos pardos e, mais especificamente, aos pretos (ARBOLEYA; CIELLO; MEUCCI, 2015). Negros são sobrerrepresentados nos empregos informais, em ocupações com menores rendimentos, nos analfabetos, nas pessoas abaixo da linha da pobreza, nas taxas de homicídios, dentre outros (IBGE, 2019).

Em relação a percepção de ocorrência do racismo, observou-se uma aparente tendência de negação do auto relato de racismo, inclusive em relação à proximidade com o ambiente onde o racismo ocorria. Docentes e campus foram os atores e local, respectivamente, com menores relatos da percepção da ocorrência do racismo.

Notou-se que a frequência *nunca/quase nunca* de atos discriminatórios praticados por docentes foi a maior em todas as questões investigadas. Quanto ao local, a Universidade teve a menor percepção de ocorrência. Nos serviços de saúde foi um pouco maior e, na comunidade, foi mais frequente, mesmo no caso de atos praticados pelos técnicos administrativos que, em geral, não saem do espaço do Campus em sua atividade profissional.

Esses dados são um reflexo do universo acadêmico no qual aprendemos a adotar um discurso meritocrático e universalista, entendendo o racismo e a discriminação racial como fenômenos que ocorrem fora do espaço universitário (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009). Em uma pesquisa realizada com universitários foi constatada a mesma situação contraditória, na qual existe a consciência da existência da discriminação racial no país, mas os estudantes investigados não se sentiam individualmente responsáveis por essa situação (CAMINO *et al.*, 2001). Como relata Rodrigues (1995, p.11): “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros”.

“O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correccional); através das instituições educacionais e de saúde pública” (GUIMARÃES, 1999, p.43).

A percepção de ocorrência em serviços de saúde foi atribuída principalmente a discentes, talvez pela quantidade de alunos na Rede de Atenção à Saúde (RAS) ser maior que dos demais grupos investigados, docentes e técnicos. A discriminação étnico-racial é um tema relevante para ser tratado e analisado nos serviços de saúde, pois o racismo é um componente adverso fundamental do processo de determinação social da saúde e se mantém por meio de uma cultura que estereotipa e estigmatiza a população negra (BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013). Importante salientar que este fenômeno de negação e naturalização do racismo leva a reações de boicote e resistência de gestores, trabalhadores e usuários frente à execução de políticas públicas que objetivem condutas reparatórias e equidade racial (DAVID, 2018).

Quando o tema adentra as instituições de saúde, principalmente as públicas, este assunto torna-se mais cuidadoso ainda, pois nesses estabelecimentos permeiam princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como igualdade e universalidade.

Segundo Willians e Priest (2015), o racismo institucional e interpessoal persiste em todo mundo, nas *sociedades racializadas*, e pode ter impactos até mesmo sobre a saúde. De acordo com Cruz e Monteiro (2016), 70% dos usuários do SUS são de família negra.

A instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), pela lei 12.288/10, também é um dispositivo que visa à promoção da igualdade racial na atenção à saúde, no entanto, ainda é pouco conhecida pela população e profissionais da saúde, e os poucos gestores dos serviços de saúde que a conhecem e querem implementá-la não sabem como fazê-lo (BATISTA; BARROS, 2017).

No caso estudado, a percepção de ocorrência de atos discriminatórios relativos a pessoas negras foi menor na Instituição de Ensino Superior (IES). Tavares, Oliveira e Lages (2013), encontraram uma absoluta ausência de percepção de racismo institucional, pois o reconhecimento do racismo é complexo e encontra-se subestimado. No entanto, estudos revelam que a percepção do racismo está intrinsecamente relacionada à negação de sua existência e à perpetuação de um racismo velado.

Segundo López (2002), a produção e uso do conceito de racismo institucional vêm sendo utilizado desde o final da década de 1960 para a promoção de políticas de igualdade racial. O fenômeno atua de forma difusa no funcionamento de instituições, provocando desigualdade na oferta de serviços e oportunidades, e na área da saúde, pode levar a um gerenciamento da vida das populações baseado em um olhar racial.

Analisando o acesso e a trajetória educacional de negros e brancos, Osório e Soares (2005, p.34) constataram que além das desvantagens iniciais, existem dificuldades pregressas sofridas pelos negros que dificultam seu ingresso e permanência na escola, “os negros são prejudicados dentro do sistema de ensino, que se mostra incapaz de mantê-los e de compensar eventuais desigualdades que impeçam a sua boa progressão educacional”.

O fortalecimento da identidade negra na educação superior passa pela permanência material e simbólica através de estratégias que contribuem com a trajetória do aluno que conseguiu acessar a IES tanto com programas assistenciais de natureza econômica como apoio emocional (MARQUES; RIBEIRO, 2019).

Como indicado no presente estudo, mesmo que na IES haja menos eventos discriminatórios que na sociedade/comunidade, ainda que seja um dado que possa estar mascarado pela negação do racismo, há um debate crescente, principalmente nos últimos anos, sobre o papel da instituição de ensino no enfrentamento das desigualdades e na promoção da equidade racial como, por exemplo, a adoção das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica (GOMES, 2011).

No ensino superior, as DCN também têm orientado a importância da transversalidade dos temas étnicos nos projetos políticos pedagógicos (PPP), como no curso de Medicina, para o qual está indicada a abordagem de vários temas inclusivos para uma formação mais humanista como a educação das relações étnico-raciais, e a história da cultura indígena e afro-brasileira (BRASIL, 2014).

Os atos discriminatórios são demonstrados no cotidiano das organizações através de atitudes que demonstram desprezo como falta de atenção, ignorância e desconfiança (KALCKMANN; SANTOS; BATISTA; CRUZ, 2007). Discriminação dentro das instituições contribui com a desigualdade racial devido à desvantagem do acesso a bens e serviços que são fundamentais como: educação, saúde, previdência social, habitação e informação (JACCOUD, 2009).

Diante desse contexto, a adoção de estratégias para melhorias na convivência e aceitação do outro, implica na avaliação das condições estruturais das IES, mas também em se identificar dispositivos de exclusão, agressão e constrangimento de alunos, professores e demais profissionais que podem contribuir com dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, mau desempenho, e a dificuldade de se formar profissionais para o SUS que saibam lidar com as questões sociais estruturais do país e trabalhar em equipe a partir da construção de uma prática interprofissional.

A pesquisa de que trata esse artigo, foi realizada em Sergipe, no Nordeste do brasileiro, estado que apresenta uma população predominantemente negra, sendo 62% de cor parda e 6% de cor preta (IBGE, 2011), contando com 30 comunidades

remanescentes quilombolas, distribuídas em 21 municípios (LACERDA, 2017) e índices educacionais bem desfavoráveis na educação básica quando comparados com dados nacionais (CRUZ; MONTEIRO, 2019).

Considerando a questão da raça/etnia no acesso à educação, e nas trajetórias escolares dos alunos negros no país, arcados pela desvantagem em relação às pessoas brancas (BARBOSA, 2005), e das relações sociais na caracterização do “clima escolar, remetendo a uma esfera subjetiva e cultural que também é parte integrante do universo escolar” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p.86), entendemos como esse debate é fundamental também na educação superior principalmente na área da saúde.

Novos estudos são necessários no sentido de se apurar se realmente há baixa prevalência de percepção de ocorrência de atos racistas nos espaços que integram a formação em saúde, ou se a percepção de que esses atos não sejam frequentes faça parte de um contexto de dificuldade estrutural de reconhecer sua existência.

## CONCLUSÃO

A frequência da percepção de ocorrência de fatos discriminatórios por parte de integrantes do corpo docente, muito provavelmente subestimada, indica a necessidade de se debater a existência e/ou perpetuação do racismo institucional, desde a formação dos trabalhadores e profissionais de saúde até os locais de assistência à população, em todos os níveis de atenção, de natureza pública ou privada.

Além disso, evoca a importância de novas pesquisas sobre esse tema, na tentativa de efetivar ações de combate ao racismo previstas na PNSIPN e assim universalizar o acesso à saúde integral, humanizada e resolutiva para toda a população brasileira independente de questões étnicas, buscando a construção de cotidianos que não sejam atravessados pelos processos de desumanização e opressão tão naturalizados à população negra em nosso país.

A maior limitação do presente estudo refere-se à representatividade amostral, apesar dos esforços despendidos para aumentar a amostra. Todos os nove departamentos existentes no campus foram representados. Apesar dessa limitação, os dados revelaram resultados coerentes com a literatura sobre um tema relevante e pouco investigado, em especial no Nordeste, local de históricas desigualdades sociais e raciais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (org.). **Relações sociais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, 2006.

AMBRÓSIO, Leticia. **Raça, gênero e sexualidade**: uma perspectiva da Terapia Ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos. 2020, 165f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil, 2020.

AMMA. Instituto Amma Psique e Negritude. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Impressão Oficial, 2008.

AMORIM, Sulamita Gonzaga; MARTINS, Sofia; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel; FARIAS, Magno Nunes. “Asfixias sociais” da população negra e questões para a Terapia Ocupacional. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**. v. 4, n. 5, p. 719-733, 2020.

ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando; MEUCCI, Simone. “Educação para uma vida melhor”: trajetórias sociais de docentes negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 882-914, out./dez. 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça?. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 213-239, jan./abr. 2004.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As relações entre educação e raça no Brasil: um objeto em construção. In: SOARES, Sergei; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; FERRÃO, Maria Eugénia (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 5-19.

BATISTA, Luís Eduardo; BARROS, Sônia. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde. **Cadernos de saúde pública**, v. 33, p. e00090516, mai. 2017.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araújo. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 681-690, out./dez. 2013.

BRASIL. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2014; 20 jun.

CAMINO, Leôncio et al. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de psicologia política**, v. 1, n. 1, p. 13-36, 2001.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca; MONTEIRO, Maria do Carmo Sales. Contextualizando a saúde da População Negra – Módulo Saúde Integral da População Negra. **UNA-SUS** [Acervo de Recursos Educacionais na Saúde] 2016 Jan [acessado 2020 Out 29]; [cerca de 64 p.]. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2981>

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (org). **Anuário Brasileiro de Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. 2018, 168f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil, 2018.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

FARIAS, Magno Nunes; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel; COSTA, Isabelly Regianne Brasil Braga da. Terapia Ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. **Revista Interinstitucional Brasileira de terapia ocupacional**, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009 (Dossiê - Relações raciais em perspectiva).

GALHEIGO, Sandra Maria. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, mai. 2020.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 202-213, jan./jun. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 75-85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p.109-121, jan/abr. 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica** [informativo na Internet]. 2019 [acessado 2020 Out 29]; (41): [cerca de 12 p.] Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: Notas estatísticas 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

JACCOUD, Luciana (org). **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: IPEA, 2009.

KALCKMANN, Suzana; SANTOS, Claudete Gomes dos; BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. **Saúde e sociedade**, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007.

LACERDA, Roberto dos Santos. **Territorialidade, saúde e meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe**. 2017, 248f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

LOUIS-JEAN, James; CENAT, Kenney; NJOKU, Chidinma V.; ANGELO, James; DEBBIE, Sanon. Coronavirus (COVID-19) and racial disparities: a perspective analysis. **Journal of racial and ethnic health disparities**, v. 7, n. 6, p. 1039-1045, 2020.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-34, jan./mar. 2012

MACHADO, Maria Helena; WERMELINGER, Mônica; TAVARES, Maria de Fátima Lobato; MOYSÉS, Neuza Maria Nogueira; TEIXEIRA, Márcia; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de. **Análise da força de trabalho do setor saúde no Brasil: focalizando a feminização**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde, 2006.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; RIBEIRO, Maria Aparecida Pereira dos Santos. Quais as implicações para o fortalecimento da identidade negra no contexto da Educação Superior?. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 32, p. 205-224, abr./jun. 2019 (Dossiê - Saberes docentes de intelectuais negras: mediações outras frente ao ethos acadêmico).

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. A Geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. In: SOARES, Sergei; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; FERRÃO, Maria Eugénia (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 21-39.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 37, p. 580-587, out./dez. 2013.

RODRIGUES, Fernando. Racismo cordial. In: TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org.). **Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995. p. 11-55.

VANSTREELS, Christine (org.) **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

WILLIAMS, David R.; PRIEST, Naomi. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 124-174, 2015.

---

**Renata Jardim**

Docente do Departamento de Educação em Saúde de Lagarto, Universidade Federal de Sergipe. Doutora (2010) e Mestre (2006) em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Fonoaudiologia pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (1999).

E-mail: renatajardim.m@gmail.com

**Manoel Gomes de Oliveira Júnior**

Graduado em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente cursa Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais na Universidade Federal de São Paulo.

E-mail: manoelgomesto@outlook.com

**Márcia Schott**

Docente do Departamento de Educação em Saúde de Lagarto, Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (2008). Possui Especialização em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (2007). Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (2004) E-mail: marciaschott@hotmail.com

*Recebido em: 24/04/2021*

*Aprovado em: 03/03/2022*